



“ Para 2022 não estou vendo nenhuma candidata mulher, nenhum candidato indígena. Enfim, todas essas aparentes diferenças reais são um problema da sociedade brasileira, que não tem dado o mesmo poder e capacidade de oportunidades de uma maneira igual a todos os brasileiros. ”

Diz Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao ser questionado pela BBC Brasil sobre uma possível dificuldade do PSDB de ampliar a diversidade das lideranças ao apresentar nomes para as eleições de 2022.



XIV EDIÇÃO • 29 DE JUNHO DE 2021 - ANO XXI • www.psdbrmulher.org.br

Reforma Eleitoral analisada na Câmara pode afetar presença feminina na política

2

Diminuir cota de gênero e Distritão no processo eleitoral pode representar retrocesso



Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Editorial

3

As discussões estão abertas com vistas às próximas eleições. É fundamental garantir que a soberania do voto seja exercida de fato e o eleitor representado por toda a diversidade da população. Nós, mulheres, representamos 52% do eleitorado, somando 77.076.395, portanto somos maioria! O nosso lugar é também na política em todas as esferas e o momento é agora.

Crédito: Assessoria de Imprensa da Dep. Tereza Nelma (AL)



Tereza Nelma

3

A Procuradora da Mulher faz uma análise de pontos negativos da reforma eleitoral, cujos objetivos seriam renovar estratégias para ressuscitar o financiamento privado de campanha, barrar o crescimento da representação feminina e das minorias nos parlamentos, além de eliminar pequenos partidos sem perfil político definido.

Crédito: Polícia Federal/Divulgação



Feminicídio cresce

4

A pandemia da Covid-19 deixou, além do rastro de mais de 512 mil mortes e milhares de sequelados, um triste saldo: o aumento dos casos de feminicídio em todo país. O isolamento e o trabalho remoto são apontados como fatores que contribuíram para esses números. Uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi agredida ao longo de 12 meses.

Salles cai em meio a denúncias

4

Diante de críticas de ambientalistas brasileiros e estrangeiros, denúncias de exportação ilegal de madeiras, aumento de desmatamento da Amazônia e queimadas, Ricardo Salles pediu demissão do Ministério do Meio Ambiente. No lugar dele assume Joaquim Álvaro Pereira Leite.

CPI da Pandemia

4

Os depoimentos do deputado Luis Miranda e do irmão, servidor do Ministério da Saúde, levaram as investigações da CPI da Pandemia a um novo patamar, com suspeitas de corrupção na compra bilionária da vacina indiana Covaxin e a eventual omissão do presidente Bolsonaro. Para a oposição, o presidente deve se explicar sob suspeita de prevaricação e descaso com a sociedade brasileira.

Segurança no trabalho

4

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia prepara revisão dos atos normativos que tratam das regras de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, diminuindo de cerca de 2 mil atos normativos para 15. A iniciativa ocorre no momento em que o Brasil atinge a taxa recorde de 14,7% de desemprego.

Reforma Eleitoral: distritão, federação de partidos e cotas para mulheres

A Câmara dos Deputados abriu três frentes de discussão sobre a **Reforma Eleitoral**, envolvendo integrantes da sociedade civil, com vistas às eleições de 2022, quando serão escolhidos presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. A partir destes debates será definido o modelo de voto que será adotado e por qual meio, se apenas eletrônico ou também impresso. Há, ainda, a ameaça de retrocesso nos avanços conquistados pelas mulheres.

A proposta discute que um percentual de 15% de vagas no Legislativo seja reservado para mulheres. No entanto, 15% já é o índice atual de cadeiras do Congresso Nacional que são ocupadas por mulheres. Nas Câmaras de Vereadores do país, esse percentual é de 16%. Se não houver uma reação coletiva considerando tão somente a participação das mulheres, o risco é iminente, alerta a **advogada Luciana Loureiro, assessora jurídica do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB e vice-presidente do PSDB-Mulher do DF.**

“[A possibilidade de retirada de direitos] atinge todas nós, independentemente de coração ou bandeira partidária. Isso atinge as mulheres no geral e a gente sabe que uma democracia plena precisa de uma participação igualitária. Nós somos hoje mais de 50% da popu-



Crédito: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

lação, mais de 50% do eleitorado, e temos uma participação ainda pequena na Câmara”, disse.

Luciana Loureiro lembrou que, em decorrência da pressão exercida por movimentos de mulheres e parlamentares, foi conquistada na Justiça Eleitoral a cota de 30% para candidaturas femininas nos partidos políticos, além dos 5% do Fundo Partidário reservados para a criação e promoção de programas de participação da mulher na política e o acesso aos 30% do financiamento eleitoral.

Para a **vice-presidente do PSDB-Mulher do DF**, outra discussão que gerará danos é a volta do financiamento privado que pode ser prejudicial não apenas para candidaturas de mulheres, que costumam rece-

ber menos doações de empresas, mas para os índices de corrupção no Brasil.

“Vai ser um retrocesso para o país, e nós vamos ter outros escândalos como o da Lava Jato, na questão da Petrobras e das demais empresas. Só que, dessa vez, parece que no governo em que estamos o combate à corrupção foi deixado de lado”, considerou.

O **líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF)**, também criticou alguns dos pontos da PEC em discussão, entre eles a adoção do “distritão” em que são eleitos os candidatos mais votados, sem levar em consideração os votos para o partido ou coligação, e a cota de 15% de vagas para mulheres no Legislativo.

FEMINICÍDIO

1 em cada 4 mulheres

de 16 anos ou mais **foi vítima** de algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil

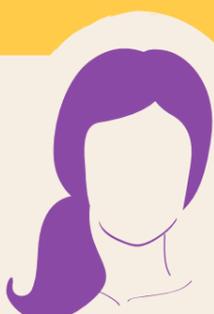


• **17 milhões de mulheres vítimas de violência no último ano**

Clique para ver o levantamento completo

8 mulheres agredidas

fisicamente **por minuto** na pandemia



7 em cada 10 casos o autor era conhecido



48,8% na residência

Metade das violências experimentadas pelas mulheres no último ano ocorreu em casa

19,9% na rua



9,4% no trabalho



Expediente

Produção e Redação: Shirley Loiola, Giselle Santos.
Colaboradora: Renata Giraldi.
Editoração e Design: Luís Medeiros.

Este jornal faz parte dos produtos da Plataforma Digital PSDB-Mulher 2021.

Um cenário desacreditado exige mais mulheres na política

A política está desacreditada por não resolver os problemas básicos da população, com a volta da inflação e do desemprego, cujo comportamento dos eleitos traz de volta o horror da corrupção. Para melhorar, é preciso que a população seja representada numa maior igualdade entre homens e mulheres eleitos.

O debate com vistas às próximas eleições está posto, é fundamental garantir que a soberania do voto seja exercida de fato e o eleitor representado por toda a diversidade da população. Nós, mulheres, representamos 52% do eleitorado, somando 77.076.395, se-

gundo dados da Justiça Eleitoral de 2018, portanto somos maioria!

Temos de buscar alternativas para solucionar o desequilíbrio que aparece na disputa eleitoral e no resultado das urnas. O único caminho é a igualdade efetiva de chances. Queremos e devemos ter mais mulheres na política! Há apenas 89 anos, conquistamos o direito de votar e sermos votadas, não podemos mais perder tempo.

Mesmo sendo maioria nas ruas, temos apenas 77 deputadas federais, dos 513 assentos, e sete senadoras dos 81 lugares no Senado. Estamos excluídas também da titularidade na CPI da Pandemia, mas

nem por isso nos calamos. Há uma proposta de Reforma Eleitoral em discussão e temos de garantir nosso espaço, lembrando que somente em 2009, foi chancelada a obrigatoriedade das cotas de gênero.

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral determinou aos partidos políticos a reserva de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para as candidatas. Infelizmente apenas a candidatura não incentiva a participação da mulher, é preciso mais.

O texto da Reforma Eleitoral que tramita na comissão especial propõe a redução da cota de gênero para 15%, uma proposta tímida, inclusive porque já representa

a quantidade de mulheres eleitas. Se mantida assim, a proposta revela-se um retrocesso. É necessário assegurar pelo menos a reserva de 30% já obrigatórios ou, porque não, um maior percentual de cotas para nós, mulheres, e segundo especialistas, o caminho da via legislativa é o adequado para garantir espaço político àqueles grupos geralmente excluídos, nos quais estamos.

Devemos também lutar para que a legislação crie não somente uma cota de candidaturas, como está, mas de espaços assegurados de assentos nas Câmaras e Assembleias, e também nos Poderes Judiciário e Executivo, com mais mulheres, inclusive nos ministérios. O momento é agora!

Pinga-Fogo

Universidade Livre Feminista

A **Universidade Livre Feminista** é destinada à educação feminista e popular para o digital em busca de uma relação de consumo de informação e da construção de conhecimento coletivo. Sophia Branco, educadora e pesquisadora na Universidade Livre Feminista, mestre e doutoranda em Sociologia, é uma das entusiastas da proposta. Ela alerta que, na pandemia, houve um aumento dos casos de feminicídio. As discussões ocorrem, sobretudo, nas redes sociais. O **endereço online dos cursos é <https://feminismo.org.br/>**.

Covid-19 + Doença Mental

Estudo publicado na **revista científica *The Lancet***, após análise de 236.379 pessoas que sobreviveram à Covid-19, constatou que **34% receberam um diagnóstico de doença mental ou neurológica até 6 meses depois da contaminação**. O estudo analisou sintomas e diagnósticos mentais e neurológicos, verificando a incidência de queixas de angústia, ansiedade e estresse, além de tentativas de suicídio. A pesquisa mostrou que quem teve casos mais graves apresentou sequelas de forma mais frequente.

Vacina & Ciclo Menstrual

As **pesquisadoras norte-americanas** Kathryn Clancy, professora de antropologia da Universidade de Illinois, e Katherine Lee, pesquisadora em saúde pública na Universidade de Washington, **observaram alterações em seus ciclos menstruais após serem vacinadas para a Covid-19**. Mais de 120.000 pessoas responderam à pesquisa. As pesquisadoras ainda não conseguem responder se as mudanças na menstruação têm relação com tipos determinados de vacina. Há relatos de fluxo mais leve ou ausente após a vacina em decorrência do processo de homeostasia, que regula o fluxo sanguíneo. Além de respostas imunológicas, uma série de fatores podem alterar o ciclo menstrual, como atividade física, dieta, sono e estresse.

Privatização da Eletrobras

Está nas mãos do presidente Jair Bolsonaro a proposta que viabiliza a **desestatização da Eletrobras**, estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia que responde por 30% da energia gerada no país, aprovada no Congresso Nacional. **O modelo prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado sem a participação da empresa, resultando na perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União**. Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o texto contraria vários aspectos defendidos pelo governo.

Reforma eleitoral machista contra mulheres e as minorias?

**Por Tereza Nelma*

Não conhecemos ainda, pelo menos oficialmente, o produto que está sendo forjado por uma comissão especial, indicada pelo presidente da Câmara dos Deputados, para tratar da “reforma política”. Mas algumas fagulhas que escapam indicam que o objetivo maior seria renovar estratégias para ressuscitar o financiamento de campanha por empresários, bloquear o acesso a cargos eleitorais pelas minorias, barrar o crescimento da representação feminina nos parlamentos, além de eliminar pequenos partidos sem perfil político definido. Essas tentativas são velhas, vêm desde a época da ronca, quando queriam enfiar todas as tendências sócio-políticas em duas siglas, ambas “autorizadas” por poderes ditatoriais.

O ponto dessa unidade conservadora seria destruir os mandamentos constitucionais de pluralidade e respeito às minorias na composição dos parlamentos. Talvez por isso enfiaram na Comissão, sem consultar a bancada feminina, uma deputada que se manifesta contra as posições históricas das mulheres, está passando da hora de reagirmos.

Entre os pretextos para arrochar o conservadorismo está o de combater as “negociatas” das pequenas siglas, como se o fenômeno não se manifestasse, em escala maior, nas grandes “coligações” ou implantar a velharia do voto impresso...

Na última eleição municipal, foram eliminadas as coligações proporcionais, e valorizado o voto de legenda. Mas o modelo que transformou em cobaia a eleição para vereador, não é nem cogitado para as próximas eleições. Os que desejam preservar o próprio mandato tentam impor medidas para garantir a reeleição, independente das mudanças sociais.

Há modelos autoritários, um deles, que não é praticado em nenhum país democrático, é o tal “distritão”. É a cereja do bolo dos caciques e conservadores, que até o Japão eliminou ainda no século passado. Se este modelo for aprovado, as concepções machistas estarão dando uma banana para a representação das minorias e das mulheres.



Crédito: Alessandro Loyola

Já conseguimos avançar quase um terço nessa corrida de obstáculos. Agora querem impor um retrocesso para 10%.

Até agora não vi nenhuma proposta para reduzir o papel do poder econômico nas eleições, aumentar a representatividade e a legitimidade na formação dos parlamentos. A proposta de distritão e suas variações é inaceitável. Ela representa uma aliança de caciques partidários com os pequenos partidos, que poderão gastar como quiser os recursos do Fundo Eleitoral, não sendo obrigados a formar chapas de candidatos. Sem contar que terão garantida uma sobrevida extra eleição.

Certamente tudo isso vai sobrepor a lógica individual à coletiva e partidária. Ao estabelecer que se elegem os mais votados, encarece as campanhas de valorização personalista em detrimento dos debates de programas de solução dos problemas sociais. Todos sabem que uma eleição majoritária é muito mais cara do que uma eleição proporcional.

Vai alargar, ainda, os caminhos para o caixa dois e desprezar os partidos políticos. Ao lado do distritão existem pressões para a volta do financiamento empresarial de candidaturas. Tudo para evitar mudanças e renovação.

Essas ditas reformas obrigaram a rever o horário eleitoral, sem contar a redução, que alguns especialistas calculam em até 800%. As mulheres seriam varridas do mapa. É pouco?

***É psicóloga, deputada federal pelo PSDB de Alagoas e procuradora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.**

Suspeitas de corrupção na compra da Covaxin mudam investigações



A **CPI da Pandemia** teve uma reviravolta com a denúncia de corrupção e desvios de conduta envolvendo o presidente da República na compra da vacina indiana Covaxin, após os depoimentos dos irmãos o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda. Antes, a comissão debatia ações em torno do negacionismo e da negligência do governo federal no combate ao coronavírus, com a defesa de medicamentos sem eficácia e a demora na aquisição de vacinas.

Em meio a uma sessão tumultuada marcada por ânimos exaltados, especialmente na ala governista, Miranda admitiu que, ao levar as denúncias de irregularidades ao presidente Jair Bolsonaro, ele citou nominalmente o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), por seu eventual envolvimento no esquema. O deputado nega.

Salles sai do governo sob suspeitas de irregularidades

Em meio ao **desmatamento recorde da Amazônia que atingiu 778 km² em abril**, de acordo com levantamento do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), e denúncias de suspeitas de exportação ilegal de madeira, **Ricardo Salles pediu demissão do Ministério do Meio Ambiente**, no último dia 22. Para substituí-lo foi escolhido **Joaquim Álvaro Pereira Leite**, que já faz parte da equipe do ministério. Especialistas afirmam que a política ambiental vai ser mantida sem alterações, seguindo as orientações do Palácio do Planalto, gerando polêmicas e controvérsias das organizações não-governamentais.

Governo revê regras de proteção da saúde e da segurança de trabalhadores

A **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia** prepara uma **nova revisão dos atos normativos que tratam das regras de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores**. A alteração deve atingir aproximadamente 2 mil atos normativos que serão reduzidos a 15.

A iniciativa ocorreu no momento em que o Brasil atingiu a taxa de desemprego recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, chegando a 14,8 milhões de pessoas. **A taxa de desocupação entre as mulheres foi 46,7% maior que a dos homens nos três primeiros meses de 2021.**

Em revisão as normas regulamentadoras (NRs), disposições complementares da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que definem obrigações, direitos e deveres cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

Paralelamente, há estudos para incluir novas formas de contratação, estabelecendo flexibilizações na legislação trabalhista para aumentar a formalização de trabalhadores. Há, ainda, a proposta de o governo pagar R\$ 300 e as empresas repassarem o mesmo valor para qualificar profissionais com custos trabalhistas reduzidos.

Feminicídio eclode durante a pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 deixou, além do rastro de mais de 500 mil mortes, um triste saldo: **o aumento dos casos de feminicídio**. Uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi agredida ao longo de 12 meses. Pesquisa realizada pelo **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** ouviu 2.079 homens e mulheres, no período de 10 a 14 de maio de 2021, em 130 municípios.

Pelos dados, mais de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. O estudo indicou que caiu violência na rua, de 29% para 19% em comparação à pesquisa anterior de 2019, e aumentaram agressões dentro de casa, de 42% para 48,8%.

A **Secretária Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho de Vitória, Neuzinha de Oliveira (PSDB-ES)**, lamentou em suas redes sociais a necessidade de uma legislação específica de combate aos diversos tipos de violência de gênero.

“Que pena que, no Brasil, tem que ter uma Lei no combate à violência contra a mulher. Pena ter que ter uma Lei para que os homens entendam que não podem, não devem, agredir uma mulher”, disse.

Para a tucana, o investimento em campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher é uma política pública necessária para diminuir o número de casos registrados em todo o país.



“Como combater isso? Com educação de qualidade para acabar com essa cultura machista”, constatou.

No Distrito Federal, casos recentes de feminicídio chocaram os moradores. O funcionário público Osmar de Sousa Silva, de 36 anos, atirou à queima roupa con-

tra a ex-mulher Thais Silva Campos, 27 anos, em frente de casa. A jovem deixou dois filhos.

De acordo com a pesquisa, aumentou a participação de companheiros, namorados e ex-parceiros nas agressões. Em 2021, o chamado vizinho, que em 2019 ficou em segundo lugar

como autor das agressões (21%), neste ano sumiu das respostas.

Com 44 páginas, o estudo reúne os perfis das vítimas e dos agressores. A pesquisa está no endereço: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.